

FATIAMENTO DA CAIXA

Empregados denunciam que transferir lotéricas para subsidiária é privatização camuflada

Os empregados da Caixa Econômica Federal e o movimento sindical estão fazendo uma grave denúncia: a de que a nova direção do banco já colocou em andamento uma “privatização camuflada”, passando atividades essenciais para subsidiárias, com o objetivo de vendê-las mais adiante. O conselho da empresa está em vias de aprovar a transferência de toda a atividade das lotéricas para uma subsidiária e já examina fazer o mesmo com a operação de cartões de crédito. A medida ameaça, inclusive, programas sociais do governo.

A subsidiária “Lotex”, hoje Caixa Loterias, foi criada em 2016, no governo de Michel Temer. O objetivo era de preparar a privatização das operações, o que só não aconteceu devido à forte pressão dos sindicatos. No começo do governo do presidente Lula, em 2023, quando Rita Serrano assumiu a presidência da Caixa, uma das medidas adotadas, que estava em andamento, era justamente encerrar as atividades da Lotex, mas este processo foi revertido na gestão de

Carlos Vieira, indicado ao cargo pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e apoiado pelo Centrão.

O presidente do Sindicato do Rio de Janeiro José Ferreira critica o fatiamento da estatal e voltou a defender a “Caixa 100% pública”.

“Está claro que entregar as lotéricas e o setor de cartões de crédito para uma subsidiária é o fatiamento da Caixa e, em se tratando do Centrão, com o propósito de privatizar a Caixa por etapas”, destacou.

RECURSOS IMPORTANTES

Só no ano passado, as Loterias da Caixa arrecadaram R\$ 23,4 bilhões. Deste total, R\$ 9,2 bilhões foram destinados a programas sociais do governo federal nas áreas de seguridade social, educação, saúde, cultura, esporte e segurança pública (60% do valor arrecadado volta para a sociedade porque o banco é uma instituição pública).

Um processo semelhante já está em andamento para fazer o mesmo com toda a operação de



cartões de crédito.

“Imagine a transferência destas operações para uma subsidiária que poderia, mais adiante, ser vendida para uma empresa privada. É uma estratégia para entregar estes setores à iniciativa privatizada. Querem privatizar a Caixa gradativamente. Repudiamos este fatiamento do banco e defendemos a Caixa 100% pública, única garantia de manutenção dos programas sociais”, acrescentou Ferreira.

As loterias federais são monopólio da Caixa desde 1962, um banco público, o que garante o cumprimento de seu papel social. O movimento sindical repudia qualquer possibilidade de que se repitam, no governo Lula, os mesmos planos adotados nos go-

vernos Temer e Bolsonaro, que só não foram levados a cabo por causa da pandemia e pela pressão e mobilização dos bancários.

OLHO GORDO DO CENTRÃO

Com o avanço da regulamentação das apostas, o Centrão aumenta a pressão para pegar esta fatia gorda de recursos: além de indicar Carlos Vieira para a presidência do banco, os aliados de Lira conseguiram fazer com que o Ministério da Fazenda retirasse o assessor especial José Francisco Mansur, responsável pela área de apostas esportivas eletrônicas, as chamadas bets.

O apetite do Centrão por cargos e recursos públicos não tem limites.

Vote Chapas 6 e 33 nas eleições da Cassi

As eleições para a Cassi começaram na última sexta-feira (15) e vão até às 18h do dia 25 de março. A maioria da diretoria do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, apoia a ‘Cassi para o Associado’. O voto pode ser pelo aplicativo, site Cassi ou pelos terminais de autoatendimento (TAA) do Banco do Brasil.



Lembre-se, são dois votos: o primeiro na Chapa 6 para Diretoria e Conselho Deliberativo, e o segundo na Chapa 33 para Conselho Fiscal.

Confira na página 2, quem são os candidatos da Chapas 6 e 33, quais a proposta e porque a maioria do movimento sindical apoia a “Cassi para o Associado”.

Contraf-CUT apoia Chapas 6 e 33 para Cassi

“Cassi para o Associado” tem apoio da Contraf-CUT, que representa 95% da categoria nacionalmente, com mais de 120 sindicatos, da Anabb, das associações de aposentados e da Federação Nacional das ABBs.



As eleições para a Cassi começaram na última sexta-feira (15) e vão até às 18h do dia 25 de março. A maioria da diretoria do Sindicato dos Bancários e Financeiros do Rio de Janeiro, apoia a ‘Cassi para o Associado’, que são os candidatos da Chapa 6 - Alberto Júnior, para a Diretoria de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes – e Bia Garbelini e Graça Machado, para titulares do Conselho Deliberativo, tendo

como suplentes, Alessandro Greco (Vovô) e Pedro Carvalho; e os da Chapa 33, para o Conselho Fiscal: os titulares são Pedro Paulo “PP” e Sybelle Chagas e os suplentes, José Arimatea e Thiago Noletto.

O voto pode ser pelo aplicativo, site Cassi ou pelos terminais de autoatendimento (TAA) do Banco do Brasil. Lembre-se, são dois votos: o primeiro na Chapa 6 para Diretoria e Conselho De-

liberativo, e o segundo na Chapa 33 para Conselho Fiscal.

AMPLA APOIO

Rita Mota, dirigente do Sindicato e da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB), falou da importância do apoio de 95% do movimento sindical bancário às chapas Cassi para o Associado.

“No momento em que se precisa fazer a defesa dos interesses dos associados é fundamental que a representação que negocia tenha o suporte destas entidades, que foi o que aconteceu em 2018 e 2019 quando a Cassi esteve em uma condição pré-falimentar”, disse.

“Se não fosse a união deste espectro amplo de entidades talvez hoje nem tivéssemos a Cassi, porque estávamos prestes a ter uma intervenção da Agência Nacional de Saúde”, disse.

PROPOSTAS

As Chapas 6 e 33, Cassi para os Associados, têm como princi-

pais compromissos a integração da saúde do trabalhador com a atenção primária, fortalecendo a prevenção em saúde no ambiente de trabalho junto ao Banco do Brasil; atenção à saúde da mulher com desenvolvimento de programas específicos; assessoria qualificada e melhoria nos processos relacionados à autorizações e reembolsos; redução de coparticipação para participantes vinculados à Estratégia Saúde da Família (ESF) e Rede Referenciada.

Além disso é prioridade defender uma Cassi para todos com a filiação de funcionários de bancos incorporados, expansão da Telessaúde baseada na estratégia saúde da família para o interior e o fortalecimento da Cassi em todos os estados, apoiando autogestões locais em busca de benefícios mútuos. E uma rede referenciada da ESF integrada à CliniCassi, incluindo clínicas, laboratórios e hospitais de qualidade, além de um debate amplo sobre atualizações na tabela e benefícios da LIMACA - Lista de Materiais e Medicamentos Abonáveis, integrante da política farmacêutica.

Apoio do Sindicato foi fundamental para a vitória de Fabiana no CA Caixa

Fabiana Uehara (D) venceu, no segundo turno, a eleição para o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal (CA Caixa). Fabi teve 50,88% dos votos contra 49,12% do concorrente, Antonio Messias Dias Barros, atual conselheiro. Houve um total de 30.343 votos (99,23% válidos e 0,77% nulos).

Fabiana já havia vencido o pleito também no primeiro turno.

“Valeu, meu povo. Obrigada pelo voto de confiança depositado em mim. O mandato será nosso e reafirmo o compromisso de continuar defendendo a Caixa 100% pública, forte e atuante na diminuição da desigualdade no nosso país, o respeito e a valorização dos empregados”, comemorou a nova conselheira eleita

de Administração da Caixa.

APOIO FUNDAMENTAL

Na vitória de Fabi foi fundamental o apoio que ela recebeu da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) e de boa parte das entidades sindicais, inclusive da maioria dos dirigentes do Sindicato do Rio.

“Recebemos com muita satisfação a vitória da Fabiana Uehara e temos a certeza que teremos uma representante antenada e na defesa da Caixa 100% Pública e da valorização do papel da empresa para toda a sociedade”, comemorou o presidente do Sindicato do Rio José Ferreira, que elogiou o fato de a disputa no



Sônia Eymard (E), Adriana Nalesso e José Ferreira em apoio à Fabi, no Rio

segundo turno ter ocorrida entre dois colegas que atuam no movimento associativo e sindical.

No Rio, Fabi contou ainda, com o apoio do diretor da entida-

de sindical e presidente da Apcef-RJ (Associação do Pessoal da Caixa do Rio de Janeiro), Paulo Matileti, e dos dirigentes Rogério Campanate e Sérgio Amorim.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTB 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olyntho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 13.000

Sindicato intensifica protestos no Bradesco com ato na Pio X

A Campanha Nacional dos bancários nem começou oficialmente e o Sindicato do Rio está nas agências organizando a mobilização da categoria. Na última quinta-feira (14), houve mais uma manifestação aconteceu contra a extinção de agências físicas e as demissões impostas pelo Bradesco. Desta vez, o protesto foi na unidade da Pio X (2373), no Centro.

ASSÉDIO MORAL

Os bancários denunciaram também, o aumento da pressão e da prática de assédio moral que estão adoecendo um número cada vez maior de funcionários. Houve retardamento do funcionamento da agência e os sindicalistas dialogaram com os bancários sobre os problemas

Foto: Nando Neves



Diretores do Sindicato dialogaram com clientes e funcionários sobre os problemas na unidade da Pio X, no Centro

enfrentados pelos trabalhadores em função da reestruturação no banco.

As preocupações são as mesmas em todos os locais de trabalho do Bradesco: medo de perder

o emprego devido ao processo de extinção de agências, as seguidas dispensas e metas desumanas.

"O que esperamos do novo presidente do Bradesco, Marcelo de Araújo Noronha, é a valoriza-

ção dos funcionários e o respeito para com os clientes e a população. As pessoas têm o direito ao atendimento presencial se desejarem e principalmente os idosos, que possuem dificuldade de manusear os aplicativos digitais", destacou o diretor do Sindicato e representante da COE (Comissão de Organização dos Empregados), Leuver Ludloff.

"Exigimos o fim das demissões e o fim do assédio moral sofrido pelos bancários para o cumprimento das metas. Que o Bradesco realmente faça mudanças para melhor, com menos metas e mais saúde ou o Sindicato vai continuar denunciando e realizando atos e protestos", disse Geraldo Ferraz, diretor da Secretaria de Bancos Privados do Sindicato.

Funcionários da Losango são ameaçados de demissão

Os funcionários da Losango, lotados no prédio do Bradesco na Rua Senador Dantas, no Centro da Cidade, estão apreensivos com a notícia de que o setor da financeira será transferido do Rio para São Paulo.

O Sindicato recebeu várias denúncias de que os empregados estão sendo pressionados, inclusive com reuniões feitas com terrorismo psicológico, ameaçando demitir os trabalhadores que não aceitem serem transferidos para a capital paulista.



Dirigentes do Sindicato, que distribuíram o Jornal Bancário, ouviram os funcionários da Losango na Senador Dantas e constataram temor de demissão

"O Bradesco impõe um verdadeiro terror psicológico nos trabalhadores, ameaça com demissão e exige que, quem não quiser ser dispensado, terá que se transferir para a capital paulista. E o banco sequer se compromete a ajudar os trabalhadores em caso de o empregado aceitar a mudança de cidade", criticou o diretor do Sindicato, Sérgio Menezes, que esteve na unidade, junto com outros dirigentes sindicais.

Mesmo com falta de energia, Sindicato não deixou de atender aos bancários

Foto: Nando Neves



O diretor de Administração do Sindicato, Alexandre Batista, criticou a privatização da Light e da Cedae no Rio: tarifas maiores e serviços ruins

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro enfrentou, desde a segunda-feira passada (11), a falta de energia elétrica. Funcionários e dirigentes sindicais tiveram que descer mais de vinte andares pela escada e o atendimento presencial chegou a ser suspenso, voltando a funcionar na terça-feira (12), graças a utilização de um gerador de energia, tendo sido suspenso novamente para os serviços de reparo da Light. Na quarta-feira (13), a entidade conseguiu voltar à normalidade com o atendimento presencial à cate-

goria.

Mesmo sem luz, a entidade sindical providenciou atendimento através de telefones e de gerador de energia para não deixar a categoria na mão.

MALES DA PRIVATIZAÇÃO

Alexandre Batista, diretor executivo de Administração do Sindicato, lembra que os maus serviços prestados e alto custo das tarifas são os motivos principais pelos quais o movimento sindical é contra as privatizações

em serviços essenciais.

"Na Europa, após a onda de privatizações iniciada nos anos 80, mais de 800 empresas foram reestatizadas recentemente pela falta de qualidade na prestação dos serviços e pelo alto custo das tarifas cobradas aos consumidores. O Brasil precisa rever estas privatizações pois a iniciativa privada privilegia apenas o lucro e não o compromisso social que estes setores deveriam ter para com os cidadãos. Foram os casos aqui no Rio, da Light e da Cedae", afirmou o sindicalista.

DITADURA NUNCA MAIS

Regime militar: corrupção não podia ser denunciada

Censura na imprensa e mortes estranhas de quem denunciava atos ilícitos mantiveram escândalos dos governos militares escondidos durante anos

O brasileiro mais desavisado já deve ter ouvido dizer, da parte de quem defende a ditadura militar, que no regime militar o Brasil não tinha corrupção e que este seria um dos motivos para as críticas ao período do retorno da democracia no Brasil. Nesta terceira matéria da série “Ditadura nunca mais”, do Jornal Bancário, em referência aos 60 anos do golpe militar de 1964, que serão completados no próximo dia 31 de março, vamos mostrar que é uma mitificação a ideia de que, no regime militar, não havia corrupção. “Ao contrário do que se difunde no senso comum, o período de 1964 a 1985 foi fértil em denúncias de ilegalidades envolvendo empresas e o Estado no Brasil”. A afirmação é do historiador Pedro Henrique Campos, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Ficaram famosos casos como o relatório Saraiva, Capemi, Coroa-Brastel, Halles, Delfin, BUC, Lume, Luftalla, Áurea, Atalla, TAA, Dow Chemical, projeto Jari, Petropaulo, Brasilinvest.

NÃO PODIA DENUNCIAR

A diferença é que as denúncias não podiam ser publicadas pela imprensa, em função da censura. O diplomata José Jobim morreu de forma estranha uma semana depois de comparecer à posse de Figueiredo e de comentar que preparava um livro de memórias com revelações sobre fraudes na construção da hidrelétrica de Itaipu. Divulgar denúncia de corrupção no governo dos militares custou também a vida do jornalista Alexandre von Baumgarten, assassinado em 1982, na esteira do escândalo da Agropecuária Capemi.

Ele deixou um dossiê acusando a cúpula do SNI (Ser-

viço Nacional de Inteligência) do qual era colaborador, de planejar sua morte. Baumgarten tinha conhecimento sobre denúncias dirigidas ao chefe da agência central do órgão de espionagem, general Newton Cruz e outros agentes.

MILITARES E O CRIME ORGANIZADO

A partir de 1970, dentro da 1ª Companhia do 2º Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, sargentos, capitães e cabos começaram a se relacionar com o contrabando carioca. O capitão Aílton Guimarães Jorge, que já havia recebido a honra da Medalha do Pacificador pelo combate à guerrilha de esquerda era um dos integrantes da quadrilha que comercializava ilegalmente caixas de uísques, perfumes e roupas de luxo. Capitão Guimarães se tornou um dos maiores contraventores do jogo do bicho no Rio de Janeiro, revelando a estreita relação de militares com o crime organizado.

EMPREITEIRAS E AS PROPINAS

Foi naquele período, que a Odebrecht montou um império e passou da 19ª posição no ranking nacional do setor em 1971 para a 3ª em 1973. A empresa teve uma ascensão vertiginosa no governo do general Ernesto Geisel. Ganhou licitações, como a sede da Petrobras e para construir Angra 1 e o terminal 1 do Aeroporto do Galeão. “Os gigantes do setor consolidaram na ditadura o sistema baseado no pagamento de propinas. As que mais cresceram foram as que mais souberam se corromper”, denuncia o historiador.

Ministro da Fazenda durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici, embai-



O governador de São Paulo Paulo Maluf e o presidente, general João Figueiredo: a corrupção comia solta na ditadura, mas a censura e o autoritarismo inibiam as denúncias

xador brasileiro na França no governo Geisel e ministro da Agricultura (depois Planejamento) no governo Figueiredo, Delfim Netto sofreu várias acusações de corrupção. Na primeira delas, em 1974, foi acusado pelo próprio Figueiredo (ainda chefe do SNI), em conversas reservadas com Geisel e Heitor Ferreira. Delfim teria beneficiado a empreiteira Camargo Corrêa a ganhar a concorrência da construção da hidrelétrica de Água Vermelha (MG). Anos depois, como embaixador, foi acusado pelo francês Jacques de la Broissia de ter prejudicado seu banco, o Crédit Commercial de France, que teria se recusado a fornecer US\$ 60 milhões para a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, obra também executada pela Camargo Corrêa.

Em 1976, o presidente da General Electric no Brasil, Gerald Thomas Smilley, admitiu que a empresa pagou comissão a alguns funcionários no país para vender locomotivas à estatal Rede Ferroviária Federal, segundo noticiou a “Folha de S.Paulo” na época.

Em 1969, a Junta Militar que sucedeu Costa e Silva e precedeu Médici havia aprovado um decreto-lei que destinava “fundos especiais” para a compra de 180 locomotivas da GE. Na época, um dos diretores da empresa no Brasil era Alcio Costa e Silva, irmão do ex-presidente e general.

IMPUNIDADE NA DITADURA

Delfim Netto sofreria uma terceira acusação direta de corrupção, dessa vez como ministro do Planejamento, ao lado de Ernane Galvêas, ministro da Fazenda, durante o governo Figueiredo. Segundo a acusação apresentada em 1985 pelo procurador-geral da República José Paulo Sepúlveda Pertence, os dois teriam desviado irregularmente recursos públicos por meio de um empréstimo da Caixa Econômica Federal ao empresário Assis Paim, dono do grupo Coroa-Brastel, em 1981. Galvêas foi absolvido em 1994, e a acusação contra Delfim – que disse na época que a denúncia era de “iniciativa política” – não chegou a ser examinada.